

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA FACULDADE DE CIÊNCIAS DE LISBOA E DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃOⁱ

Maria Odete Valente
*Departamento de Educação da Faculdade de Ciências
da Universidade de Lisboa*

1— A CRIAÇÃO DOS RAMOS FORMAÇÃO EDUCACIONAL

A história do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências de Lisboa enraíza-se na da formação de professores nesta faculdade que se inicia em 23 de Outubro de 1971, com a publicação do Decreto 443/71, que cria os Ramos de Formação Educacional das Faculdades de Ciências das Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra. Na reforma dos seus planos de estudos trabalhou uma comissão de que faziam parte professores catedráticos exercendo funções de responsabilidade na direcção das respectivas Escolas, nomeadamente no caso da Universidade de Lisboa, os Professores Doutores Carlos Teixeira, G. da Fonseca Sacarrão e J. Tiago da Fonseca Oliveira. Com aquele decreto criaram-se os Graus de Bacharel e de Licenciado e as licenciaturas foram desdobradas nos Ramos de Especialização Científica e de Formação Educacional. Após um bacharelato de três anos, um aluno podia escolher a frequência de um dos ramos da licenciatura, com currículos diferenciados e ao fim de dois anos obter o grau de Licenciado. A licenciatura do Ramo de Formação Educacional estruturava-se segundo um modelo de formação de professores em que as componentes principais de formação (1) científica, (2) psicopedagógica e metodológica e (3) prática docente supervisionada a que se chamava estágio pedagógico, se sucediam no esquema sequencial do tipo 3+1+1, que se representa no quadro I

Quadro I – Licenciaturas dos Ramos de Formação Educacional

Componentes de Formação	Duração	Grau
(1) Científica	3 anos (1, 2 e 3º da licenciatura)	Bacharel
(2) Psicopedagógica e Metodológica	1 ano (4º ano da licenciatura)	—
(3) Estágio Pedagógico	1 ano (5º ano da licenciatura)	Licenciado no Ramo de Formação Educacional (diploma de professor)

Nos três primeiros anos não haveria lugar a distinção entre os alunos, qualquer que fosse o ramo a que se destinassem, e o currículo era constituído por disciplinas da especialidade ou afins. Esta situação tinha em si potencialidades conflituosas. Por um lado, permitia aos alunos protelar para o início do 4º ano a sua opção do ramo da licenciatura a seguir, o que constituía, a nosso ver, um elemento positivo, proporcionando assim uma decisão mais amadurecida, por vezes mesmo após alguma experiência de ensino, na escolha de uma carreira profissional na docência. A outra face da moeda e esta ocasionadora de dificuldades, tinha a ver com a economia do currículo nos primeiros anos comum a todos os alunos de uma dada licenciatura, Física, Química, Biologia, Geologia e Matemática. Ora nem sempre o equilíbrio entre as áreas representadas no currículo do bacharelato era o mais adequado para a preparação científica dos futuros professores. Estes, no Ensino Secundário de então leccionariam pelo menos duas disciplinas e no Ensino Preparatório o conjunto das várias áreas científicas. Este problema revelar-se-ia sempre de difícil solução e a qualquer tentativa de resposta opunham-se razões de relevância e racionalização inventariadas à luz dos interesses de cada ramo, dentro de uma dada licenciatura, e à preconização de soluções diferentes.

A Formação Psicopedagógica e Metodológica realizava-se no 4º ano e nela se incluía a frequência de Cursos de Psicologia Pedagógica, Didáctica, Orientação e Organização Escolar e ainda de Metodologia de duas disciplinas, uma obrigatória (a correspondente à área da licenciatura) e a outra opcional. Também no 4º ano devia iniciar-se uma Monografia que se prolongaria pelo 5º ano. Esta disciplina era alvo de alguma contestação, tendo sido substituída em algumas licenciaturas por Seminários Interdisciplinares, numa altura em que, às Secções e Grupos da Faculdade, foi dada a possibilidade de introdução de alterações curriculares no projecto inicial. Sobre esta questão se faz menção mais adiante, pois a nível de Faculdade de Ciências de Lisboa, a vivência dos Seminários Interdisciplinares está intimamente ligada ao desenvolvimento da comunidade educativa que viria criar os alicerces do Departamento de Educação.

Finalmente o 5º ano da Licenciatura era dedicado ao Estágio Pedagógico regido por legislação própria, nomeadamente o Decreto 925/76, o Despacho 103/78 e a Portaria 431/79 com alterações introduzidas pelas Portarias 791/80, 791/81, 792/81, 176/83 e 494/84.

Os órgãos principais de coordenação dos estágios são as Comissões de Estágio, de que fazem parte professores universitários e professores do ensino básico e secundário na qualidade de orientadores, e ainda representantes dos alunos estagiários, um por cada

núcleo de estágio, um grupo que na lei, se define como devendo ser de 4 a 6 alunos por escola e por grupo de disciplinas de ensino.

À Comissão de Estágio compete nos termos da legislação em vigor:

1. Propor ao Conselho Directivo da Faculdade de Ciências a realização de reuniões intercomissões de estágio da mesma Faculdade, no sentido de assegurar a definição das linhas genéricas de actuação conjunta;
2. Elaborar a planificação anual dos estágios e o respectivo calendário de desenvolvimento, ouvidos os núcleos de estágio;
3. Organizar e coordenar as actividades dos seminários e sessões;
4. Apoiar, sempre que possível a investigação pedagógica no âmbito dos núcleos de estágio
5. Manter a ligação entre os núcleos de estágio e o Conselho Directivo da respectiva Faculdade de Ciências.

Os estágios realizavam-se inicialmente apenas em escolas secundárias, mas em 1976 pela Portaria 271-A/76 alargam-se às escolas do Ensino Preparatório, o que agravou a situação de não articulação entre a formação académica científica centrada numa disciplina e o elenco das várias áreas científicas que integram o grupo de docência de Ciências da Natureza e Matemática no então Ensino Preparatório.

Apesar de algumas limitações na própria concepção do projecto e das que se viriam a sentir na sua implementação, pode dizer-se que no contexto da história da formação de professores em Portugal, a legislação de 1971 constituiu um marco notável ao atribuir à Universidade a responsabilidade explícita da formação **profissional** dos professores. Até 1971, a formação profissional dos professores processava-se sob a alçada exclusiva do Ministério da Educação, através das suas Direcções Gerais, que organizava e dava directivas sobre os estágios pedagógicos. À Universidade competia a formação académica no campo de um dado saber, sem se atender a uma formação específica orientada para uma qualquer profissão. No campo da formação pedagógica havia contudo o então chamado «Curso de Ciências Pedagógicas», um conjunto de cinco disciplinas, cuja frequência era condição de acesso ao estágio. Aquele grupo de disciplinas, a cargo das Faculdades de Letras, de carácter teórico e sem relações explícitas com as funções do futuro professor, não era articulado nem com o curso que as precedia nem com o estágio

que lhe seguiria.

II - O PERCURSO NA FACULDADE DE CIÊNCIAS DE LISBOA

Logo a seguir à publicação da legislação de criação dos Ramos de Formação Educacional, cada grupo ou secção dentro da Faculdade toma iniciativas diversas no sentido do recrutamento de docentes para as novas disciplinas.

No que se refere às disciplinas de Psicologia e Pedagogia e Organização Escolar, num primeiro ano, os alunos frequentaram-nas ainda no âmbito do Curso de Ciências Pedagógicas da Faculdade de Letras de Lisboa, o que se revelaria inapropriado, por razões diversas, mas muito especialmente por falta de qualquer integração e articulação com os currículos dos primeiros três anos e com o quinto ano da licenciatura. Funcionava como uma fatia curricular entregue a outra instituição com as nefastas consequências científicas, pedagógicas e logísticas, nomeadamente as da deslocação de alunos, falta de contacto e diálogo entre professores das duas instituições, falta de uma concepção global de formação, dificuldades na organização de horários, etc. Decidiu-se então convidar algumas personalidades, para que se ocupassem da leccionação destas disciplinas na própria Faculdade de Ciências. Nem sempre o processo foi cuidadoso e foram vários os docentes convidados que não receberam o devido acolhimento. Em alguns casos foram mesmo tratados como uns estranhos no seio da instituição.

Quanto à docência das disciplinas de Metodologia também o percurso foi diverso. Nuns casos entregou-se a responsabilidade da disciplina a professores de grande reputação no domínio científico específico, esperando-se deles que projectassem no conteúdo da mesma, uma Epistemologia da Ciência. Noutros casos, entendeu-se que a Metodologia a considerar era a do Ensino dessa dada disciplina, devendo por isso corresponder a uma reflexão e a um conteúdo de aprendizagem sobre como ensinar essa disciplina a nível do ensino básico e secundário. Para que essa reflexão fosse o mais relevante possível e satisfizesse, de maneira directa, as necessidades de formação dos futuros docentes, procuraram-se professores com experiência e currículo notável no Ensino Secundário. Estas duas concepções sobre o conteúdo da disciplina, com consequências para o tipo de perfil científico e profissional dos que a haveriam de leccionar, mantiveram-se em coexistência durante alguns anos nas três Faculdades de Ciências. Só mais tarde começou a emergir a consciência e a convicção de que o professor dessa disciplina deveria ser alguém com formação superior no âmbito da Ciência respectiva, mas também com

formação em Educação, perfil que na altura só poderia ser adquirido em universidades estrangeiras, já que em Portugal, não existiam então cursos superiores e graus académicos no âmbito da **Educação** enquanto **área do saber**. Neste percurso o Departamento de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa teve lugar de liderança, ao interessar-se objectivamente pela nova área de várias maneiras, quer apoiando a aquisição de bibliografia adequada e completamente inexistente na instituição, quer facilitando a aquisição de equipamento laboratorial adequado. Surge assim o Laboratório de Metodologia da Física que, logo a partir de 1972, concentra a atenção dos que se envolveram nos Ramos de Formação Educacional. Situado numa pequena sala, tinha uma minibiblioteca que seria o germen de futura Biblioteca do Ramo Educacional, e embora sem os meios humanos e recursos materiais desejáveis, notabilizar-se-ia por nele existirem algumas das obras recentes mais importantes no campo da Educação Científica. Apesar de não haver ainda qualquer estrutura que agrupasse todos os docentes envolvidos na Formação Educacional, foi nesse nicho que começaram as primeiras trocas de ideias sobre as dificuldades sentidas, sobre a dimensão e importância das tarefas a cargo dos docentes, sobre a necessidade de formação de docentes para as novas disciplinas, sobre a nova missão que tinha sido colocada nos ombros da instituição e sobre a dignidade com que seria necessário cumpri-la.

Em 1973 o Departamento de Física faz o primeiro investimento na formação educacional de um dos seus docentes ao apoiar o seu doutoramento em Educação Científica e com esse acto toma a vanguarda de um movimento de novas formações no campo da Educação que viria a estender-se a outras escolas do país, embora apenas alguns anos mais tarde.

Em 1976 existia já um corpo de docentes na Faculdade de Ciências capaz de uma reflexão pedagógica conjunta e que viria a reforçar a sua actividade colectiva na organização e leccionação em comum dos chamados **Seminários Interdisciplinares**, disciplina que num primeiro ano apenas contemplava os alunos da Licenciatura em Matemática e mais tarde viria a dirigir-se igualmente aos alunos de Física e Química e em menor número a alguns alunos de Biologia. Estes seminários constituíram um dos gérmens de inovação mais importantes no currículo de formação. Aqui se debatiam temas variados que alargavam o campo das disciplinas do currículo anteriormente legislado, conciliando o interesse dos docentes com o dos alunos. Citam-se algumas das temáticas que foram tratadas: A integração das Ciências no Currículo do Curso Geral Unificado; A Comunicação na Escola e na Sala de Aula; O Insucesso Escolar; A Escola do Futuro; Relações Interpessoais; A Educação para os Valores; A Educação Cívica e Politécnica e a Recolha de Experiências.

Nestes seminários realizaram-se muitos **trabalhos de projecto**, e pode dizer-se que foram lugar para formação pela investigação no terreno, o que sendo hoje metodologia corrente na formação de professores, correspondeu na altura a uma forma de trabalho pioneira no nosso país.

Entretanto, a Faculdade ia deixando acontecer a formação dos futuros professores, sem nenhum carinho especial. Em 1976, o anúncio da criação de uma Faculdade de Pedagogia viria agitar as opiniões e tornar explícitas as contradições existentes. Para uns, formar professores era tarefa de muita dignidade e a Faculdade de Ciências não deveria perder esse campo de actuação; para outros correspondia a uma tarefa menor que desvirtuaria e prejudicaria a concentração nas tarefas da investigação científica e de ensino da ciência, a alunos que não importava muito saber se viriam ou não a ser professores. Apesar das discordâncias, a Faculdade de Ciências de Lisboa optou pela afirmação da sua vocação para a formação de professores, o que ficaria marcado por aquilo que se designou o Programa Inovador, programa preparado por um grupo de professores catedráticos e que seria proposto para aprovação ao Plenário do Conselho Científico. É a partir dessa data que o grupo de docentes ligados à Formação Educacional, inicia o processo de reivindicação de um Departamento de Educação, figura jurídica inexistente na altura, o que causaria alguma estranheza quando o documento foi entregue à Presidência do Conselho Científico. A esse documento não foi dada qualquer resposta na altura e do ponto de vista da integração orgânica dos docentes, estes continuaram dependentes das várias secções existentes, embora ligados por reuniões de coordenação que mantinham e que alimentavam dia após dia, ainda que informalmente, o espírito de um agrupamento vivo, que viria mais tarde a dar lugar ao Departamento de Educação.

Em 1978 após o incêndio que destruiu a Faculdade de Ciências, os docentes dos Ramos de Formação Educacional, conseguem, pela primeira vez, um espaço conjunto no 5º andar da Av. 24 de Julho, 134, para se construir uma biblioteca e um centro de recursos audiovisuais mais dignos, local onde havia também salas de aula para a leccionação das disciplinas a seu cargo. Aqui, o espaço físico dá lugar a uma maior consolidação do corpo existente, iniciando-se uma era marcada pela organização colectiva e corresponsabilização nas tarefas da formação educacional dos alunos dos Ramos de Formação Educacional. É importante aqui referir que para este local foi também transferida uma funcionária que dava apoio à Metodologia da Física e que desde esta altura começa a dar apoio generalizado a todos os alunos e docentes dos Ramos de Formação Educacional, Maria da Saudade Simões que foi, um elemento imprescindível neste processo, devendo o seu nome ficar ligado à história do Departamento. Para se aumentar significativamente o património da

biblioteca, pediram-se subsídios à Fundação Calouste Gulbenkian para compra de livros, tendo-se assim realizado a primeira grande aquisição de bibliografia no domínio da Psicologia e da Pedagogia.

É importante referir que a Fundação Calouste Gulbenkian havia já em 1972/73 contribuído com uma outra doação para a compra de filmes e máquinas de projectar que integrariam o Centro do Filme criado no âmbito da disciplina de Metodologia da Física, embora destinado a dar igualmente apoio aos professores de Física e de Ciências em geral das Escolas Secundárias da região.

Um outro pedido para a aquisição de livros para a biblioteca do Ramo Educacional foi dirigido ao Conselho Directivo no âmbito das verbas extraordinárias com que a Faculdade foi contemplada em consequência do incêndio. O Conselho Directivo embora concedendo uma verba não a tornou disponível e foi necessário recorrer à Assembleia de Representantes para ratificar a atribuição da verba e implementar a sua utilização, incidente que não merecia registo se não fosse importante assinalar que neste percurso foi necessária muita determinação, persistência, muito tempo de negociação... alguma teimosia.

Relativamente ao reconhecimento, dentro da Faculdade, dos docentes do Ramo Educacional enquanto grupo organizado, é importante registar que, foi pela primeira vez, durante o mandato do Professor Ricardo Quadrado, na presidência do Conselho Científico, que lhes é conferido o direito de se fazerem representar por um professor na Comissão Coordenadora. Este facto foi muito importante pela consagração da área que representou, e sobretudo pela oportunidade que proporcionou para que os problemas de formação dos futuros professores comesçassem a ser mais sistematicamente considerados e tratados num dos órgãos mais importantes dentro da instituição. No âmbito do Programa Inovador haviam-se definido Institutos e de entre estes enumerava-se um que de algum modo associaria a Filosofia e a Metodologia das Ciências à área da Educação. A reflexão dos docentes na área da Educação levá-los-ia a pronunciarem-se em desfavor desta tese e em afirmar como mais desejável a criação de um Departamento de Educação independente da área de História, Filosofia e Sociologia da Ciência e isto porque se considerava que os objectivos e metodologias da investigação nas duas áreas eram de natureza bem diferenciada.

Entretanto, do ponto de vista curricular, esboçaram-se propostas de alteração aos planos de estudos que de algum modo já se haviam iniciado com o Programa Inovador e haviam de ser trabalhadas pelas Comissões Nacionais Interuniversitárias, criadas pelo Decreto-lei

769/B/76, nos termos da solicitação do Ministro da Educação e Cultura, constante do Despacho 32/78, de 18 de Fevereiro.

Relativamente às teses defendidas para a reorganização curricular das licenciaturas, a reflexão dos docentes da área da Educação sintetizava-se nas seguintes linhas de orientação:

1. A reflexão pedagógica exige tempo de amadurecimento e o desenvolvimento de atitudes não se processa repentinamente, pelo que é desejável que a formação sociológica, psicopedagógica e metodológica ocorra em regimen menos intensivo, de preferência em período mais alargado.
2. É importante, em todas as reestruturações, manter como ideia mestra a necessidade de uma crescente integração da teoria e da prática e um constante fluxo de ideias entre as duas.
3. É desejável que os alunos, futuros professores, entrem nas escolas como observadores activos nos anos que precedem o estágio, não apenas para que a entrada naquele se faça de maneira mais suave e com menos tensão, mas sobretudo para que as situações observadas sirvam de núcleo de reflexão, dando relevância e pertinência aos assuntos mais teóricos discutidos nas várias disciplinas.

Os currículos das Licenciaturas em Ensino, como passaram a designar-se pelo Decreto 125/83, de 3 de Novembro e cujos planos de estudo foram publicados na II Série do Diário da República de 21 de Junho de 1983, viriam a consagrar, ainda que parcialmente, as linhas apontadas.

Hoje o currículo das Licenciaturas em Ensino conta com outras disciplinas da área da Educação no 3º e 4º anos nas Licenciaturas, como a de Acções Pedagógicas de Observação e Análise no ano ou anos que precedem o estágio, conforme as licenciaturas. Estas disciplinas visam numa primeira fase a observação global da escola, isto é, o seu ambiente social e físico, a análise das funções dos vários órgãos, as relações entre professores, alunos e funcionários, os recreios, os caminhos que os alunos têm de percorrer para chegar à escola, enfim, a envolvente da actividade escolar. Na segunda fase as acções dirigem-se a observações mais focadas sobre o que se passa dentro da sala de aula e mais especificamente como se ensina e aprende a disciplina que o aluno — futuro professor — irá ensinar.

Entre as inovações nos novos currículos, situa-se a criação de disciplinas não existentes

nos planos de estudo anteriores, tais como a Sociologia da Educação e a História e Filosofia da Educação. Também as Monografias que nos planos de 1971 se realizavam no 4º e 5º anos, passaram a localizar-se apenas no 4º ano, numa primeira fase e seriam posteriormente retiradas dos currículos.

Em todas estas mudanças ficou por reorganizar o estágio pedagógico que por força da rotina instalada, continuou a gerir-se pela legislação anterior, apesar de várias tentativas para a sua reformulação. O diploma de estágio regulamentava todas as universidades que na altura tinham formação inicial profissionalizante, resultando daí uma enorme dificuldade em introduzir inovações, por vontade de uma ou outra instituição. Seria desejável deixar alguma liberdade às instituições para de maneira criativa concretizarem as linhas de orientação geral do estágio, atribuindo-se também às universidades maior responsabilidade pela selecção dos orientadores de estágio, com vista a uma maior garantia do prosseguimento dos objectivos globais de formação no período do estágio. Por vezes surgem situações em que as ideias centrais e as atitudes que se pretendem desenvolver no 3º e 4º ano são ignoradas ou postas mesmo em causa por alguns orientadores de estágio, quando os estagiários as pretendem incorporar nas suas práticas lectivas. Os argumentos do Ministério da Educação sobre esta matéria têm a ver com a convicção que sendo aquele o empregador, deverá ter alguma tutela sobre o estágio, nomeadamente escolhendo os orientadores das escolas, a que acresce também uma desconfiança sobre o mérito da gestão dos estágios pela parte da Universidade. Há que reconhecer que em teoria é inequívoco que a esta compete a orientação do estágio, uma vez que o mesmo constitui o 5º ano das Licenciaturas, cujo diploma é da responsabilidade da Universidade. Na prática, há que aceitar que nem sempre a esta responsabilidade têm correspondido o empenho e os cuidados devidos.

III — DA CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AOS DIAS DE HOJE

O despacho que criou o Departamento de Educação foi publicado em 23 de Junho de 1983. A apresentação da proposta à Comissão Coordenadora da Faculdade de Ciências fizera-se um ano mais cedo e o sucesso do processo ficou a dever-se ao então Presidente do Conselho Científico, Professor João de Andrade e Silva, que desde a criação dos Ramos de Formação Educacional, passando pelo seu papel na elaboração do Programa Inovador, sempre assumiu uma posição de liderança forte em defesa da existência na Faculdade de Ciências de licenciaturas de formação de professores e da necessidade de a elas dedicar toda a atenção, mercê das implicações que teriam na qualidade do ensino em geral, e em particular na formação científica dos jovens.

O Departamento de Educação constituiu-se no âmbito da legislação geral da criação de departamentos nas instituições do ensino superior, mas teve no seu primeiro regulamento uma originalidade. O seu Conselho de Departamento, além de ser constituído pelos professores doutorados do Departamento e por um número de assistentes relacionado com o número total de professores do Conselho, era ainda constituído por um professor de cada um dos outros Departamentos da Faculdade, escolhidos de comum acordo. Pretendia-se com essa situação alargar o diálogo entre departamentos, facilitando a integração das áreas que constituíam a formação dos futuros professores. Entre a intenção legislativa e a prática do dia a dia foram surgindo dificuldades e à medida que o corpo docente foi aumentando, os professores dos outros departamentos foram reduzindo a sua participação até que por decisão do conselho se aprovou um novo regulamento mais ajustado à nova realidade.

Em 1986-1987 o corpo docente do Departamento de Educação era já constituído por 32 elementos. Nessa data todos os professores doutorados, que pertenciam ao Departamento, tinham feito os seus estudos graduados em diversas universidades estrangeiras, diversidade que é relevante ressaltar, três nos E.U.A, dois em Inglaterra, dois na Suíça, um em França, e um em Espanha. No corpo docente, existiam alguns docentes na situação de Comissão Transitória de Serviço, que pela sua longa experiência no Ensino Secundário e Preparatório constituíam elementos muito importantes no acompanhamento e orientação dos alunos nas disciplinas de Acções Pedagógicas de Observação e Análise.

Hoje 30 anos depois o departamento tem 39 docentes, dos quais nove são docentes requisitados, quatro são assistentes e os demais são doutorados. Entre estes há catorze que já fizeram os seus doutoramentos em Portugal tendo os restantes feito os seus doutoramentos nos países estrangeiros anteriormente referidos.

O número de alunos do Departamento foi oscilando de ano para ano, mas pode dizer-se que, em média, existem hoje cerca de quarenta alunos no 3º ano, duzentos no 4º e duzentos no 5º. Em 2002-2003 existem 76 núcleos de Estágio em escolas cada vez mais afastadas da Faculdade, como Tomar, Caldas da Rainha, Santarém, a Mafra, Torres Novas, Setúbal, Pinhal Novo, etc. No ano lectivo anterior existiram 98 núcleos de estágio.

As funcionárias do Departamento de Educação pertencentes ao quadro geral da Faculdade são hoje dez, duas na Biblioteca Geral, cinco na Secretaria, uma nos Audiovisuais e duas no Centro de Investigação em Educação. Por falta de funcionários em áreas como o apoio às aulas, as fotocópias, apoio aos computadores e à actualização páginas da internet e à edição da documentação do Departamento, tem sido necessário recorrer a formas diversas

de contratação de serviços.

Quanto à organização do departamento, para além dos órgãos próprios da estrutura departamental comuns aos demais departamentos, como o Conselho de Departamento, a Comissão Executiva e a Comissão Científica, há uma larga tradição de reunir a Assembleia Plenária de Docentes onde se preparam e fazem os balanços das actividades do ano e onde se reflectem as grandes opções do Departamento. Existem ainda grupos de docentes organizados em Comissões de Trabalho, nomeadamente a Comissão da Biblioteca, Comissão dos Horários e Serviço Docente, Comissões de Avaliação, Comissão do Anuário, Comissão de Audiovisuais (oficina de vídeo), Comissão de Dinamização e Animação Cultural, Comissão da Revista, tendo esta a seu cargo a edição da **Revista de Educação**, uma revista de publicação bianual com revisão por pares, cuja primeiro número saiu em 1986 e que se tem mantido sem interrupção. Contempla artigos que vão desde a investigação experimental à reflexão teórica, numa perspectiva de serviço à comunidade de investigadores e professores e a quantos se ocupam da análise dos problemas da educação.

No âmbito das actividades de apoio à comunidade, o Departamento de Educação tem celebrado diversos protocolos com outras Instituições do Ensino Superior, Portuguesas e Estrangeiras, bem como com serviços do Ministério da Educação e Associações Científicas e de Professores. Mantém relações com instituições de outros países europeus, africanos e americanos quer através da investigação e da formação, quer de acordos de mobilidade de estudantes e professores.

No domínio da Formação Contínua foram vários os cursos realizados no Departamento, nomeadamente nos domínios da Metodologia das Ciências e da Matemática, da utilização de Computadores no Ensino, da Supervisão e Orientação Pedagógica, da Organização e Gestão das Escolas, da Formação Pessoal e Social.

A nível de cursos de pós-graduação criavam-se em 1984 os Cursos de Mestrado nas áreas de Metodologia do Ensino das Ciências, Supervisão e Orientação Pedagógica, Psicopedagogia, Análise Social da Educação, Organização e Gestão Escolar, Didáctica das Ciências e da Matemática e partilha-se com os outros Departamentos a área das Metodologias da Física, Química, Biologia, Geologia e Matemática. O instrumento legal fundador destes cursos, a Portaria 849/84 seria alvo de contestação por parte da Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação, mas a Faculdade de Ciências reagiu então de maneira forte pela pena do Presidente do C. Científico da altura o Professor Virgílio Meira Soares e o assunto ficou então encerrado. Mais tarde quando se procedeu a um

alargamento dos cursos de Mestrado a proposta voltaria a ser alvo de contestação na Comissão Científica do Senado por parte daquela Faculdade. Depois de algum trabalho junto dos membros a Comissão Científica do Senado esta aprovaria a proposta oriunda do Departamento de Educação através da Deliberação nº 15/94, publicada em DR IIª Série em 31/05/94. As áreas deliberadas e actualmente em vigor são as seguintes: Administração e Organização Escolar, Didáctica das Ciências, Didáctica da Matemática, Formação Pessoal e Social, História e Filosofia da Educação, Psicologia Educacional, Sociologia da Educação e Supervisão e Orientação Pedagógica. O anexo a esta deliberação contendo o regulamento do mestrado em educação foi entretanto alterado pela Deliberação do Senado nº 883/2002, publicado em DR IIª Série em 20/05/2002

Criaram-se também através da deliberação nº1/92, publicado em DR IIª Série de 28/08/92, cursos de especialização pós-licenciatura em Educação em várias áreas, como Formação Pessoal e Social, Avaliação em Educação, Novas Tecnologias no Ensino das Ciências e da Matemática, Inovação Pedagógica e Mudança Educacional, Supervisão e Orientação Pedagógica, Organização e Gestão Escolar, Ensino das Ciências e da Ensino da Matemática, os quais funcionaram por várias vezes na década de 90, mas deixaram de merecer suficiente atenção por parte dos docentes do Ensino Básico e Secundário quando os cursos de Mestrado começaram a poder ser contabilizados na progressão das suas carreiras.

A área de doutoramento em Educação é constituído pelo Despacho no 59/SEES/84, com as especialidades de Análise Social da Educação, História e Filosofia da Educação, Pedagogia, Supervisão e Orientação Pedagógica, Psicologia Educacional e Didáctica das Ciências. Este despacho é alterado pela Deliberação nº 42/94, por deliberação da Comissão Científica do Senado da Universidade de Lisboa, publicado em DR IIª Série em 17/01/95. As especialidades passaram a ser e são ainda as seguintes: Administração e Organização Escolar, Didáctica das Ciências, Didáctica da Matemática, História e Filosofia da Educação, Pedagogia, Psicologia Educacional, Sociologia da Educação e Supervisão e Orientação Pedagógica.

Relativamente à Investigação Científica, durante muitos anos os docentes não estiveram integrados em qualquer centro de investigação apesar dos esforços feitos por diversas vezes nesse sentido. Assim, a maioria dos docentes foi realizando a sua investigação quase sempre sem recursos económicos, com excepções pontuais resultantes de subsídios da Fundação Calouste Gulbenkian. Esta situação constituiu uma das maiores dificuldades com que se debateram os docentes do Departamento, vendo-se forçados muitas vezes a

colaborar e a orientar investigações em outras instituições, por falta de recursos dentro da instituição. Entretanto era criado um pólo do Projecto Minerva na Faculdade, com o objectivo de ajudar a incentivar o uso de microcomputadores nas escolas do Ensino Primário ao Secundário, registando-se nessa altura a atribuição de recursos provenientes do Ministério da Educação o que permitiu pelo menos aos docentes envolvidos alguma capacidade de intervenção e algum desafogo.

Só mais tarde, já em 1994, seria criado o Centro de Investigação em Educação no qual participam, para além dos docentes do Departamento de Educação, professores de outras Universidades e alguns docentes do Ensino Básico e Secundário. São ao todo 61 investigadores a tempo parcial com algumas excepções durante os anos sabáticos, durante os quais os docentes se podem entregar a tempo inteiro à investigação.

O currículo de formação de professores na Instituição, apesar das várias mudanças consideradas muito positivas, segue ainda os padrões tradicionais de formação que consistem em olhar a Educação através do olhar das várias disciplinas da Educação, adicionando horas de cada uma dessas disciplinas num currículo de colecção, no pressuposto e expectativa de que por essa via se formará um professor competente para agir em contexto profissional. Esta concepção de formação não é muito diferente da que estava também implícita nos movimentos baseados na formação por desenvolvimento de competências específicas desenvolvidos nos anos 70 nos E.U.A., embora busquem os elementos a adicionar a bancos diferentes de informação. Num caso, no banco do conhecimento acumulado nas disciplinas, noutra, no banco do inventário dos desejáveis comportamentos dos professores .

O que ainda não fomos capazes de fazer, foi de pôr em acção um processo de formação centrado na motivação e na aprendizagem dos alunos na escola e no estudo e concretização das condições que a favorecem. A tarefa sabemos-lo todos é muito difícil, mas tem-nos faltado a força colectiva para construirmos formas ousadas de realizar a formação consentânea com os conhecimentos que temos sobre a aprendizagem e que não utilizamos com centralidade na resolução dos problemas do insucesso e do abandono escolar.

Uma outra zona de insatisfação diz respeito ao processo de estágio. Não se encontraram ainda as formas adequadas de uma orientação eficaz e as práticas correntes deslizam entre apontamentos significativos e relevantes e situações cheias de tensões, aprendizagens menos coerentes e nalguns casos um parêntesis na vida dos estagiários. Talvez seja mesmo nesse ano que mais dificilmente se concretizem e se revelem as aprendizagens em anos anteriores, devido às muitas decisões pragmáticas e de sobrevivência que os estagiários são levados a tomar para aliviar as ansiedades do

primeiro ano de ensino, num contexto de risco e cheio de mensagens contraditórias oriundas de orientadores com visões distintas da Educação. Nalguns casos essas aprendizagens prévias aguardam momentos de maior autonomia e de ousadia para se integrarem em ensaios de percurso próprio. Noutros casos não chegam a germinar, e a formação inicial poderá mesmo não ter sido mais do que um trampolim para garantia de um emprego.

O estágio é um ano de formação particularmente dispendioso em recursos, não só pelas condições materiais que são dadas aos estagiários, nunca mais repetidas, bem como pelo número elevado de orientadores que são colocados em torno de um núcleo de estágio. Esta situação tem de ser olhada de perto para que este potencial de recursos humanos possa ser verdadeiramente utilizado com racionalidade, não só em prol do desenvolvimento profissional dos estagiários mas também dos outros professores e da qualidade do ensino nas escolas. As discussões sobre o estágio tem-se iniciado repetidamente mas nunca são consequentes, devido a concepções diferentes sobre a aprendizagem e a função da orientação, as quais para serem reconhecidas ou pelo menos partilhadas exigem trocas muito mais aprofundadas do que as que geralmente se têm promovido entre os orientadores. Assiste-se por vezes a um desempenho dos orientadores com enfado e certo sentimento de não relevância no processo, o que neste caso representa então um verdadeiro desperdício de recursos humanos.

Um olhar retrospectivo mais pessimista sobre o percurso da Formação de Professores na Faculdade de Ciências trinta anos de formação deixa um sabor de muitas e duras lutas institucionais, nunca definitivamente vencidas, porventura desproporcionadas e demasiado pesadas quando comparadas com os acréscimos de qualidade de formação que foram sendo conseguidos.

Globalmente pode dizer-se que existe a convicção de que durante trinta anos se desenvolveu uma instituição, uma das maiores e melhores Unidades de Educação do país no âmbito da Educação Científica e Matemática, reconhecida nacional e internacionalmente, à custa de muita determinação e persistência, uma enorme vontade de construção de uma instituição coesa, sustentando e valorizando a cooperação e integração entre todos aqueles que nestes anos ajudaram a sedimentar ideias e a refinar os mecanismos de reflexão e de crítica do trabalho em curso, condição para uma permanente revitalização das intenções e dos modos e estratégias de desenvolvimento.

Temos a certeza de que existe um imenso caminho a percorrer para melhorar o que fazemos, caminho que passa por um acréscimo e aumento da qualidade da interacção entre o Departamento e as escolas do Ensino Básico e Secundário. Ligação que embora se

possa fazer através dos estágios e de acções de formação contínua só virá a sedimentar-se e a florescer se for vitalizada por projectos conjuntos de investigação e de desenvolvimento mútuos.

ⁱⁱ Alguns elementos históricos referidos neste artigo foram alvo de publicação na brochura que acompanhou a Exposição Comemorativa dos 150º Aniversário da Escola Politécnica e do 75º Aniversário da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, publicado em Fevereiro/Março 1987.